



A Geoeconomia Híbrida da China na América do Sul – o uso de instrumentos econômicos duais para fins geopolíticos

China's Hybrid Geoeconomics in South America – the use of dual economic instruments for geopolitical purposes

Geoeconomía híbrida de China en América del Sur: el uso de instrumentos económicos duales con fines geopolíticos

DOI: 10.21530/ci.v16n1.2021.1085

Bernardo Salgado Rodrigues¹

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Resumo

A participação ativa da China na América do Sul se inicia com a sua entrada na OMC, em 2001, modificando o tabuleiro geopolítico tanto na região quanto nas relações internacionais em geral. Esse reequilíbrio das relações de poder, suplantando a outrora breve unipolaridade, permitiu sua atuação mais enfática. Dessa forma, essa expansão chinesa é crescentemente constatada principalmente em termos econômico-financeiros. Entretanto, é visualizado que tal participação mais ativa vem apresentando uma dualidade que gera, concomitantemente, benefícios e malefícios para as economias sul-americanas. O presente artigo busca debater essa característica específica, apresentando a hipótese de instauração de uma Geoeconomia Híbrida, definida como a utilização de instrumentos econômicos através de um dualismo multifário e assimétrico. Desse modo, a partir de uma metodologia empírico-

¹ Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ-PEPI. Professor substituto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil (bernardosalgado90@gmail.com), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6439-8359>

Artigo submetido em 12/05/2020 e aprovado em 13/09/2020.





dedutiva baseada em dados quantitativos e qualitativos, objetiva-se evidenciar que, ainda que os instrumentos geoeconômicos chineses sejam um direcionamento estratégico não impositivo, podem acarretar em externalidades negativas para as estruturas produtivas sul-americanas e fluxos intrarregionais no longo prazo.

Palavras-chave: Geoeconomia Híbrida; China; América do Sul; Geoeconomia; Geopolítica.

Abstract

China's active participation in South America begins with its entry into the WTO in 2001, changing the geopolitical board both in the region and in international relations in general. This rebalancing of power relations, supplanting the once brief unipolarity, allowed it to act more emphatically. Thus, this Chinese expansion is increasingly seen mainly in economic and financial terms. However, it is seen that such a more active participation has been presenting a duality that generates, simultaneously, benefits and harms for the South American economies. This article seeks to discuss this specific characteristic, presenting the hypothesis of the establishment of a Hybrid Geoeconomy, defined as the use of economic instruments through a multifarious and asymmetric dualism. Thus, based on an empirical-deductive methodology based on quantitative and qualitative data, the objective is to show that, even though the Chinese geoeconomic instruments are a non-imposing strategy, they can result in negative externalities for the South American productive structures and intraregional flows in the long run.

Keywords: Hybrid Geoeconomics; China; South America; Geoeconomics; Geopolitics.

Resumen

La participación activa de China en América del Sur comienza con su ingreso a la OMC en 2001, cambiando el tablero geopolítico tanto en la región como en las relaciones internacionales en general. Este reequilibrio de las relaciones de poder, que sustituyó a la otrora breve unipolaridad, le permitió actuar de manera más enfática. De esta forma, esta expansión china se visualiza cada vez más principalmente en términos económicos y financieros. Sin embargo, su participación tan activa ha venido presentando una dualidad que genera, simultáneamente, beneficios y perjuicios para las economías sudamericanas. Este artículo busca discutir esta característica específica, presentando la hipótesis del establecimiento de una Geoeconomía Híbrida, definida como el uso de instrumentos económicos a través de un dualismo múltiple y asimétrico. Así, con base en una metodología empírico-deductiva basada en datos cuantitativos y cualitativos, el objetivo es mostrar que, si bien los instrumentos geoeconómicos chinos son una dirección estratégica no imponente, pueden resultar en externalidades negativas para la estructura productiva sudamericana y flujos intrarregionales a largo plazo.

Palabras clave: Geoeconomía híbrida; China; América del Sur; Geoeconomía; Geopolítica.





Introdução

A participação ativa da China na América do Sul se inicia com a sua entrada na OMC, em 2001, após longas negociações e adaptações a determinadas regras do mercado internacional. Alinhada à estratégia de internacionalização das empresas chinesas – conhecida na literatura como *going global* – e às visitas de Estado na América do Sul no início da década de 2000, desde então a China vem buscando transformar o tabuleiro geopolítico tanto na região quanto nas relações internacionais em geral. Esse reequilíbrio das relações de poder, suplantando a outrora breve unipolaridade, permitiu sua atuação mais enfática. Dessa forma, essa expansão chinesa é crescentemente constatada principalmente em termos econômico-financeiros. Entretanto, é visualizado que tal participação mais ativa vem apresentando uma dualidade que gera, concomitantemente, benefícios e malefícios para as economias sul-americanas.

O presente artigo busca debater essa característica específica, apresentando a hipótese de instauração de uma Geoeconomia Híbrida, definida como a utilização de instrumentos econômicos através de um dualismo multifário e assimétrico. Desse modo, a partir de uma metodologia empírico-dedutiva baseada em dados quantitativos e qualitativos, objetiva-se evidenciar que, ainda que os instrumentos geoeconômicos chineses sejam um direcionamento estratégico não impositivo, podem acarretar em externalidades negativas para as estruturas produtivas sul-americanas e fluxos intrarregionais no longo prazo.

Este trabalho está dividido em três seções, ademais da presente introdução e das considerações finais: primeiramente, será realizada a definição teórico-conceitual do que se denomina Geoeconomia Híbrida a partir de uma discussão de cunho geopolítico e geoeconômico. Ulteriormente, serão avaliados os instrumentos econômicos chineses na América do Sul em termos quantitativos, basicamente utilizando dados dos fluxos comerciais, dos investimentos externos diretos e de acordos multilaterais, no horizonte temporal de 2001 a 2016. Na última seção, pretende-se qualificar o debate da Geoeconomia Híbrida da China no território sul-americano, demonstrando suas características intrínsecas, assim como seus objetivos, contrapartidas, protagonistas e modelos. Logo, esta discussão se dispõe a compreender os meios pelos quais a presença chinesa vem modificando o mapa geopolítico e geoeconômico da América do Sul, com impactos positivos e negativos, assim como delinea algumas possíveis capacidades de atuação dos Estados sul-americanos.





Geoeconomia Híbrida – uma definição teórico-conceitual

A geografia é essencialmente um saber político, estratégico, um pensar o espaço com a finalidade de agir eficazmente. Segundo Spykman (apud Kaplan 2013), “a geografia é o mais fundamental dos fatores da política externa dos Estados, por ser o mais permanente”. E, dessa relação entre geografia e política, espaço e poder, que distintos autores buscaram definir a geopolítica, diferenciando-a da geografia política (Ugarte 1974) por ser uma teoria do poder e dinâmica (Miyamoto 1981).

Em nossa visão, a geopolítica é considerada um método de estudo dinâmico da influência de fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados com a finalidade de orientar suas políticas internas e externas. Ou seja, como método que estuda a política derivada de aspectos geográficos, é uma ferramenta de análise de política externa que busca compreender, explicar e prever o comportamento político internacional, principalmente, em termos de variáveis espaciais. Dessa assertiva incorre-se que a geopolítica é dinâmica porque as variáveis temporal e relacional modificam a importância da variável geográfica; é dinâmica na medida em que é mutável a relevância dos Estados ou arranjos internacionais, dos avanços científico-tecnológicos e das configurações econômico-militares em determinados momentos específicos da humanidade.

Outro ponto de destaque é a diferenciação entre geopolítica e geoeconomia. Edward N. Luttwak proclamou que as guerras militares foram substituídas pelos conflitos econômicos; Lester Thurow também desenvolveu a ideia de “guerras econômicas” (Vesentini 2005); para outros autores, o foco seria o uso militar para fins econômicos; outros definem de forma mais ampla, como o entrelaçamento da economia internacional, geopolítica e estratégia. Neste trabalho, geoeconomia se define como o uso de instrumentos econômicos para fins geopolíticos, tal qual pontuado por Blackwill e Harris (2016): o uso de instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações nos objetivos geopolíticos de um país. Assim, caso existam ganhos geopolíticos, o custo econômico é secundário, podendo, até mesmo, haver gastos maiores que lucros; o que importa é estabelecer áreas de influência ou impossibilitar caminhos autônomos e independentes de outros países (Vesentini 1990). Em outros termos, a lógica da busca pela riqueza consiste num jogo de soma positiva, em que a





geoeconomia combina essencialmente a lógica da geopolítica com as ferramentas da economia, vendo as ações e opções econômicas de um determinado estado como incorporadas a realidades maiores do poder estatal (Blackwill e Harris 2016).

Concomitantemente, é imperativo afirmar que a geoeconomia é distinta de qualquer prerrogativa do pensamento econômico liberal, haja vista que se relaciona diretamente com finalidades geopolíticas que podem, a princípio, diferenciar-se dos objetivos racionalizados propostos por tal ideologia. Salienta-se ainda que a retomada dessa discussão é relacionada à dois fatos econômicos recentes, que modificaram intensamente as estruturas da ordem internacional: a crise financeira de 2008 e a ascensão chinesa (Blackwill e Harris 2016).

Dessa forma, uma vez ratificada a diferença fundamental entre geopolítica e geoeconomia, as tentativas geoeconômicas de projeção de poder podem assumir distintas formas, modalidades, escopos, valores e setores-alvo. E, assim como os Estados possuem competências distintas de projetar poder geopolítico, existem certas características estruturais – ou dotações geoeconômicas – que determinam a eficácia de um país no uso de ferramentas geoeconômicas. Especificamente para o caso da China, é interessante avaliar sua colossal capacidade de utilização de instrumentos econômicos para fins geopolíticos no século XXI.

No estudo de caso dessa atuação na América do Sul, apesar da preconização da confiança mútua no campo político, da colaboração na esfera econômica e da estreita coordenação nos assuntos internacionais, que serão demonstradas nas próximas seções, a atuação da China no subcontinente sul-americano apresenta traços característicos de uma cooperação paradoxal, cujos benefícios político-econômicos podem ser, simultaneamente, prejudiciais; uma relação que apresenta dois lados distintos, caracterizada por “*un arma de doble filo*” ou uma “*mixed blessing*”, denominada no presente artigo de Geoeconomia Híbrida.

A Geoeconomia Híbrida consiste *na utilização de instrumentos econômicos a partir de uma dualidade multiforme, contraditória e assimétrica que, quando empregados em determinados países ou regiões, apresentam tanto vantagens quanto desvantagens. É um processo de atuação econômica com finalidades geopolíticas, realizado pela junção de elementos que trazem consigo tanto o desenvolvimento quanto a dependência, o progresso e o atraso, o bônus e o ônus, caracterizando-se, expressando-se ou manifestando-se pela composição de elementos díspares, ambíguos e em diversas modalidades político-econômicas.*





Ressalta-se que a utilização da Geoeconomia Híbrida como projeção de poder pode assumir várias formas, de acordo com as dotações geoeconômicas de cada país, que irão, em último caso, determinar a sua eficácia em alcançar seus objetivos políticos e geopolíticos. Seja através da política comercial, da política de investimento, das sanções econômicas e financeiras, dos ciberataques, dos subsídios econômicos, da política financeiro-monetária, da energia e commodities, que consistem nos principais instrumentos da geoeconomia, segundo Blackwill e Harris (2016), o caráter inovador da proposição teórica é que a Geoeconomia Híbrida possui uma lógica e um sentido diferenciados desses instrumentos econômicos que, na sua execução, não necessariamente possuem como objetivo uma política de ganhos múltiplos. Em outros termos, por conta da sua hibridez, acarreta, concomitantemente, características negativas para as estruturas produtivas dos países receptores, tornando-se, inclusive, distinta da Geoeconomia e da política econômica externa.

Em outros termos, a originalidade na agregação do termo “híbrido” consiste em explicitar que não se configura numa relação *win-win* pura e simplesmente, uma geoeconomia de mutualismo econômico no sentido de alcançar os objetivos de ambas as partes em proporções equivalentes. No caso específico da América do Sul, concomitante aos resultados positivos, há perdas significativas tanto em termos conjunturais quanto estruturais. Ou seja, enquanto a lógica da acumulação de poder da geopolítica consiste num jogo de soma zero e a da acumulação de riqueza da geoeconomia num jogo de soma positiva, a Geoeconomia Híbrida se apresenta como uma contradição específica entre temporalidades, condicionantes e resultados positivos e negativos, que não se anulam e nem consistem numa harmonização econômica pura.

Logo, a raiz da questão do acréscimo do sufixo “híbrido” não está relacionada, única e exclusivamente, às assimetrias presentes historicamente no sistema internacional, e sim ao *modus operandi* ambíguo pelo qual a atuação dos instrumentos econômicos da Geoeconomia agregados ao hibridismo (concatenado às contradições duais que se manifestam na realidade empírica, neste caso especificamente a sul-americana) perpassa tanto pelo ator ativo quanto pelo passivo, e que, para este último, apresenta contraditórios na reverberação da sua estrutura produtiva e incompatibilidades com um projeto de autonomia e soberania econômica.





Adicionalmente, ratifica-se que esse cenário não postula a existência de uma relação mecânica, reducionista e unívoca dessa nova classificação. Esse conceito não é hermético no sentido temporal (podendo coexistir características da Geoeconomia Híbrida ao longo da história) e relacional (sendo passível de utilização dessa nova conceituação em outros espaços territoriais, assim como por outros países); é uma estrutura hipotética cambiante, que pode ajudar na melhor compreensão das relações interestatais e nas configurações de poder que se configuram no tempo e no espaço.

Desse modo, a Geoeconomia Híbrida chinesa auxilia à estabelecer cadeias de suprimento de petróleo a longo prazo; promover as exportações chinesas; colocar as reservas em dólar para um uso mais produtivo do que os títulos do Tesouro com baixa taxa de juros dos Estados Unidos; expandir o uso internacional do yuan; e ganhar favorecimentos com governos que tomam empréstimos (Gallagher 2016). O pragmatismo chinês em perseguir objetivos domésticos nas relações internacionais “permite que o Estado crie um projeto dual (nacional-internacional) como uma plataforma integrada para o seu desenvolvimento” (Vadell e Neves 2018, 219); logo, suas ações no exterior se encontram permeadas de um hibridismo na medida em que beneficiam os países afetados de múltiplas formas, mas trazem consigo inúmeros desafios a serem enfrentados pelos mesmos.

Adicionalmente, deve-se notar que *não há a presença de imposição ideológica e/ou condicionalidades econômicas por parte da China*, mas única e exclusivamente prerrogativas lastreadas no próprio desenvolvimento econômico-político chinês. Assim, ratifica-se seu caráter híbrido, haja vista que existe determinada margem de manobra para os países aceitarem ou não as condições chinesas: “as escolhas políticas e econômicas têm sido realizadas pelos países locais de forma autônoma e não a partir de pressões chinesas” (Pecequilo 2013, 111), ou seja, depende dos caminhos político-econômicos dos países geoeconomicamente afetados pela presença de Pequim.

No caso específico das relações sino-sul-americanas, perpetua-se como uma lógica cooperativa e deletéria de assimetria estrutural criada entre as duas regiões (Katz 2016). Assim, a Geoeconomia Híbrida se manifesta na dualidade entre os benefícios econômicos imediatos – principalmente no setor comercial e de investimentos conforme será visualizado a seguir – e, por outro lado, na preterição dos desafios para o desenvolvimento de médio-longo prazo, minimizando-se a percepção das vulnerabilidades domésticas e da geração de uma relação assimétrica.





Os instrumentos econômicos chineses na América do Sul (2001-2016)²

A América do Sul é considerada uma região geoestratégica para a China no começo do século XXI. Como salientam Tsai e Liu (2012), desde iniciativas como a visita do Ministro das Relações Exteriores chinês, Tang Jiaxuan, em 2001, no Chile, e as duas visitas do presidente Hu Jintao ao continente, em 2004 e 2008 (Pecequillo 2013,), a China vem apregoando a cooperação Sul-Sul e preparando terreno para o fortalecimento das trocas inter-regionais: “em pouco mais de uma década a China migra da quase ausência para a posição principal nas relações econômicas com a ALC.” (Vadell e Neves 2018, 208). Em outros termos, tais fatos colocaram a América do Sul como um dos espaços geopolíticos fundamentais para as forças políticas chinesas.

Ainda em 1999, o governo chinês lançou uma estratégia, em conjunto com o Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional (*China Council for the Promotion of International Trade – CCPIT*), denominada “*Going Out*” (走出去) ou “*Going Global*” (走向世界) (Shambaugh 2013, 174). Em geral, vem consistindo numa política de investimentos externos, incentivada e realizada pelo Estado, voltada para a expansão e a intensificação do processo de internacionalização das empresas chinesas (Economy e Levi 2014), tornando-as competitivas para operacionalizar e alcançar os mercados globais. Assim, a peça-chave da estratégia *Going Out* consiste no apoio financeiro do CDB e do Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM), pelo menos quando se trata de atividades de grandes empresas estatais e apoiadas pelo Estado, que compõem a maior parte do investimento estrangeiro direto (IDE) da China. (Gallagher 2016).

Outro caráter determinante é que essa trajetória de reformas, somada ao aumento das cadeias de valor e à crescente atualização tecnológica, finalmente permite que a China seja admitida na OMC, no final de 2001, após anos de intensas negociações, tendo que se adaptar a algumas regras do mercado privado com

2 É importante ressaltar a escolha do marco temporal utilizado no presente trabalho. Temporalmente, inicia-se com o ano de 2001 pela sua singularidade e por apresentar fatos históricos que modificaram o tabuleiro geopolítico nas relações internacionais. Como exemplos, podem-se citar a queda das Torres Gêmeas nos Estados Unidos, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o início do ciclo de governos progressistas contrários às políticas neoliberais na América do Sul. Por fim, encerra-se o recorte temporal em 2016, no qual são percebidos indícios de transformações globais significativas, emblemáticas e complexas, com a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a incerteza das suas políticas, uma nova estratégia chinesa para a América do Sul e o mundo, assim como o fim de um ciclo político-econômico sul-americano. Além de todos esses fatores, o período analisado consiste na transição da unipolaridade para a multipolaridade.





uma abertura comercial inédita, ainda que com forte controle sobre o câmbio (Vadell 2011). Como contrapartida, se beneficiaria de um amplo acesso aos mercados ocidentais (Sevares 2015). Portanto, tal evento causou um salto gigantesco no volume do comércio exterior chinês, estendendo sua integração à globalização e contribuindo decisivamente para um ciclo expansivo da economia mundial que duraria até 2008.

Da mesma forma, as relações econômicas sino-sul-americanas vêm se intensificando desde 2001. Conforme dito anteriormente, tanto a entrada na OMC quanto as visitas de Estado em 2004 e 2005 ensejaram a assinatura de acordos de comércio, de investimento e de cooperação em distintas áreas (Vadell, Ramos e Neves 2016; Leite e Ramos 2016). Além disso, o 11º Plano Quinquenal (2006-2010) estabeleceu como imperativo o incremento da ajuda a outros países em desenvolvimento, inclusive como forma de colaborar com a estratégia *Going Global*: nesse sentido, é importante ter em mente que a cooperação chinesa é governada pela norma de benefício mútuo e ganho compartilhado para com os beneficiários da ajuda. (Brutto 2018, 115).

Com o ponto de inflexão ocasionado pela crise financeira de 2008, tanto a política interna quanto a externa da China sofrem consideráveis mudanças, desencadeando uma nova etapa após o longo ciclo de globalização benéfico desde os anos 1970. Em certo sentido, tais mutações são percebidas como uma oportunidade para a economia doméstica chinesa, uma vez que a vulnerabilidade dos distúrbios internacionais alertou o Estado chinês para a necessidade de construir um mercado consumidor doméstico mais robusto (Niu, 2013), além de fornecer vigorosa política fiscal anticíclica, sustentando o nível de atividade econômica (Naughton 2017) baseado, principalmente, no uso intensivo de mão de obra, na medida em que o país se aproxima do status de “renda média” (Jaguaribe 2011; Perkins, 2013).

Entre 2008 e 2016, a China vem sofrendo mudanças substanciais, com menores taxas de expansão econômica somadas às políticas e diretrizes que visam a um crescimento mais “sustentável”. Isso explica, em certo sentido, o menor ritmo chinês, com um novo paradigma denominado de “Novo Normal” (Naughton 2017, p.21; Perkins, 2013; Pereira e Ribeiro 2016), onde as exportações e o mercado externo perdem relativa centralidade nas diretrizes do governo diante da expansão do consumo e da demanda doméstica. Tal direcionamento para o mercado doméstico, presente inclusive no 12º Plano Quinquenal (2011-2015) (Sevares 2015), auxilia na compreensão do drástico resfriamento do preço das





commodities (Naughton, 2017), gerando consequências para a dinâmica global e regional ao fechar um ciclo exógeno benigno para os termos de troca da América do Sul (Pereira e Ribeiro 2016).

Portanto, ao passar pelas etapas de regionalização e globalização, a China também desenvolveu sistematicamente relações comerciais, de investimentos e diplomáticas mais profundas com a América do Sul³, no período de 2001 a 2016, visualizando-se uma crescente interdependência política e econômica entre esses países em relação à China. O comércio vem crescendo exponencialmente, tendo a China se tornado majoritariamente o maior parceiro comercial dos países sul-americanos, visualizada tanto a partir da participação da China como destino das importações sul-americanas – ultrapassando 20% da participação total de países como Chile e Peru em 2016 – quanto das exportações – chegando a aproximadamente 20% dos fluxos na Venezuela, Brasil e Uruguai, e ultrapassando um quarto no Chile e Peru (*The Atlas of Economic Complexity*, 2016). Inclusive, a trajetória ascendente de tais fluxos comerciais atravessou as próprias oscilações das economias sul-americanas, permanecendo relativamente intacta nos anos de *boom* da primeira década do século, modificando-se somente após a crise financeira de 2008, tornando-se um fator de relativa reconfiguração macroestrutural.

Um fator relevante para a compreensão desses fluxos comerciais diz respeito à busca de mercadorias de natureza agrícola e mineral – nas quais o país asiático é altamente dependente – e à procura de mercados para absorção de suas exportações, concentrados em manufaturas e produtos com diferentes proporções de valor agregado (Sutter 2012). Ao avaliar os quatro principais produtos exportados por países selecionados da América do Sul para a China, evidencia-se a ênfase obtida pelos setores agrícolas e extrativos, assim como ao analisar os quatro principais produtos de importação sul-americana da China, são compostos principalmente por produtos eletrônicos e mecânicos de maior sofisticação tecnológica (*The Atlas of Economic Complexity*, 2016).

Dessa forma, apesar da manutenção da histórica relação comercial de exportação de bens com baixo valor agregado e importação de bens com alto valor agregado, a alta demanda chinesa desempenhou um papel de valorização geral para a maioria das mercadorias sul-americanas durante o período, aumentando significativamente os termos de troca em favor do continente (Ray e Gallagher 2017). Com exceção

3 Por razões de análise qualitativa e gráfica, optou-se pela utilização de um recorte dos países sul-americanos que constituíam, em 2016, maior peso econômico na região em termos de PIB medido em dólares constantes de 2010: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela.





do Uruguai, todos os demais países sul-americanos assistiram a uma melhoria dos termos de intercâmbio até 2008, com uma breve elevação em 2010/2011 em alguns casos e, a partir de 2012 (*World Bank* 2016), uma tendência de queda flagrante, que coincide com o declínio da economia chinesa, impactando os valores de bens de exportação sul-americanos (*International Monetary Fund* 2018). Concomitantemente, tal fato ocasionou um inédito *superávit* regional no balanço de pagamentos, em grande medida, por conta da elevação do preço dos recursos primários devido ao aumento da demanda chinesa (Economy e Levi 2014), denominado no jargão acadêmico de *boom das commodities*. Entretanto, esse fenômeno desacelera após 2008, ano da crise financeira global (Vadell 2011), e demonstra sinais mais explícitos de enfraquecimento em meados da década de 2010, revertendo-se tanto a elevação dos preços das commodities quanto os termos de troca.

A China praticamente triplicou sua participação no total de exportações do continente na última década, mais do que triplicou as exportações de produtos extrativos e dobrou o número de exportações agrícolas (Ray e Gallagher 2017). Atualmente, o menor peso atribuído às exportações como impulsionador do crescimento chinês também contribuiu para a queda no volume comercial movimentado entre o país asiático e a região.⁴ Para a América do Sul, em alguns casos, essa queda nas importações, nos últimos anos, contribuiu para reduzir o *déficit* comercial ou até aumentar os superávits com a China, como nos casos de Brasil, Chile, Peru e Uruguai (*International Monetary Fund*, 2018). Em suma, ao se consolidar como o motor da expansão da indústria extrativa em todo o mundo (Moreno 2015), a China estimulou uma alta demanda por recursos naturais, em que tal fenômeno foi a força motriz do aumento dos preços das commodities e gerou, concomitantemente, o imperativo de novas infraestruturas para garantir o fluxo e a circulação dessas mercadorias.

Outro fator relevante é que o gigante asiático vem aumentando consideravelmente seus investimentos externos diretos (IED) na América do Sul, tornando a região o segundo maior destino em IED, depois da Ásia, no início dos anos 2010. Tal evento se deve à sinergia entre a demanda chinesa e a oferta sul-americana no que tange aos recursos naturais, surgindo um novo padrão econômico de atuação chinesa na América do Sul, principalmente, a partir da década de 2010 (*The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute*, 2019).

4 Essa mudança, sob a perspectiva chinesa, visa a estabelecer uma cautelosa transição diante do modelo de crescimento previamente estabelecido. Os desafios internos (limites estruturais inexoráveis de seu próprio padrão de crescimento) e externos (demanda mundial reprimida após a recessão seguida pela crise) tornaram-se imperativos para se adaptar a um novo paradigma da economia política global, o já citado "Novo Normal".





“A perspectiva é que tais investimentos cresçam, nos países da região, tanto devido à carência quanto ao ímpeto do investimento chinês” (Leite e Ramos 2016, 188), haja vista que em 2000, a América Latina dificilmente registrava investimentos chineses; em 2012, a China era o terceiro maior investidor da América Latina, atrás dos Estados Unidos e da Holanda. (Gallagher 2016).

Os IED surgem como um importante motor para alcançar novos mercados, novas tecnologias e recursos naturais estratégicos. Além disso, são possibilitados “pela grande disponibilidade de divisas do país, pela necessidade de adquirir ativos essenciais, entre eles os recursos naturais, e pelas políticas de incentivos às Empresas de Propriedade do Estado (EPEs), como a intitulada ‘Atuação Global’.” (Santos e Milan 2014, 458). Complementarmente, os IED também possuem um papel de aprimorar as práticas das empresas chinesas a partir do aprendizado com conglomerados líderes (Gallagher 2016) em determinados setores no exterior, tendo como exemplo as tecnologias pioneiras em extração de petróleo em águas profundas realizado pela Petrobras.

Na América do Sul, pode-se dizer que os IED possuem as seguintes características: orientação de longo prazo e segurança dos recursos; estabelecimento de empresas chinesas com pouca ou nenhuma transferência de tecnologia para os países de destino; ausência de condicionalidades políticas; ausência de promoção de uma agenda específica pela RPC; e, finalmente, obras de infraestrutura (Leite e Ramos 2016) que trazem consigo a obrigatoriedade da assinatura de empresas do país asiático (Slipak 2014; Svampa e Slipak 2015). Portanto, esses fluxos destinam-se à compra de matérias-primas, formação de *joint ventures* para aquisição de licenças para exploração de recursos naturais, fusões e aquisições de ativos por meio de grandes grupos estatais (Ray e Gallagher 2017) e, nos casos de obras de infraestrutura, para o desempenho de empresas transnacionais e estatais chinesas na construção de corredores de exportação para facilitar o escoamento mais eficiente dos recursos naturais.

Gallagher (apud Vadell 2011) realiza uma interessante distinção acerca dos diferentes focos de interesse na busca chinesa por recursos naturais. A *resource seeking* seria uma forma de garantir fontes de matérias-primas, energia e alimentos; *market seeking* teria o intuito de consolidar a indústria do país como altamente competitiva e voltada para economias globais; e a *efficiency seeking* consiste numa atuação visando à diversificação. Majoritariamente, o IED destinado à região faz parte do primeiro tipo, destinado à exploração de setores estratégicos no país asiático.





Outro fator importante a ser levado em consideração é o papel político dos IED, considerando-os “como possíveis instrumentos geopolíticos de projeção internacional de um país” (Santos e Milan 2014, 465): independente dos ganhos e perdas econômicas, a ampliação da esfera de influência política é fundamental. Peters (2015) afirma que os IED chineses são qualitativamente diferentes, uma vez que sua estrutura de propriedade e seu processo de aprovação possuem ligação direta com o Estado. Essa estratégia elucida a assertividade das empresas chinesas de propriedade estatal, principalmente do governo central (Economy e Levi 2014): o que também diferencia o investimento chinês na América Latina é que ele é dominado por empresas estatais e não por multinacionais do setor privado (Gallagher 2016). Segundo Rodrigues e Hendler (2018), mais de 90% das empresas que investiram na América do Sul são estatais, indicando o papel geoestratégico do Estado chinês na “realização e direcionamento dos IED de acordo com seus interesses nacionais” (Santos e Milan 2014, 468).

O principal interesse dos IED chineses na América do Sul está voltado para a energia (mais especificamente para o setor de hidrocarbonetos, seguido pela mineração e outras diversas atividades primárias). Do total acumulado de US\$ 130,33 bilhões de IED chinês na América do Sul, no período de 2005 a 2016, a concentração nesse setor foi de 60,06%, dos quais a maioria foi para o segmento de petróleo em acordos feitos com Brasil, Equador e Venezuela. As ações de outras áreas de atuação das empresas chinesas no continente foram: 19,31% em metais; 6,39% no setor de transportes (automóveis); 3,82% na agricultura e 3,80% no setor imobiliário (*The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2019*).

Ao analisar os valores e o número de projetos de IED da China na América do Sul, percebe-se um aumento exponencial na virada da década de 2010, saindo de US\$ 10 bilhões e cinco projetos, em 2009, para aproximadamente US\$ 30 bilhões e mais de 30 projetos, em 2010, mantendo-se uma média de US\$ 17 bilhões e 24 projetos, por ano, entre 2010 e 2016. Da mesma forma, visualiza-se que, no acumulado de 2005-2016, o Brasil desponta como maior receptor de IED na América do Sul, com US\$ 52.210 bilhões, seguido da Argentina, com US\$ 27.460 bilhões, Venezuela, com US\$ 20.610 bilhões, Peru, com US\$ 19.670 bilhões, Equador, com US\$ 14.730 bilhões, Bolívia, com US\$ 4.100 bilhões, Chile, com US\$ 2.860 bilhões, e Colômbia, com US\$ 2.170 bilhões (*The China Global Investment Tracker, American Enterprise Institute, 2019*).





No âmbito multilateral, Pequim também atua em várias organizações da região. Em 2008, a China tornou-se membro de pleno direito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conserva status de observador permanente na OEA desde 2004 (Shambaugh 2013), assim como mantém um sistema de consultas com a Comunidade Andina de Nações (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), bem como com o Mercosul e com o Grupo Río (Sevares 2015). Contudo, a principal ação de política externa chinesa concerne à criação do Fórum China-CELAC, representando a inserção da região num modelo de cooperação em que “os projetos giram em torno de ações que reforçam as vinculações das economias da região com a China, o que acaba por resultar em consequências políticas e estratégicas relevantes.” (Carmo e Pecequilo 2016, 66-67). Dessa forma, se apresenta como uma iniciativa de diplomacia multilateral, cujo objetivo é promover a cooperação em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, trabalhando para o desenvolvimento de seus povos e construindo um diálogo em torno de interesses comuns (Ayala 2016).

Em janeiro de 2015, durante a I Reunião Ministerial do Foro China-CELAC, em Pequim, foi aprovado o “*Plano de Cooperação CELAC-China (2015-2019)*”, com metas de ampliar o comércio bilateral para US\$ 500 bilhões e uma remessa de investimentos diretos chineses na ordem de US\$ 250 bilhões na próxima década. Desse montante de investimentos, parte considerável seria direcionada à infraestrutura regional, criando um novo conjunto de fundos de mais de US\$ 35 bilhões (Gallagher 2016). Também foram assinados dois documentos: o *Plano de Cooperação China-América Latina (2015-2019)* e a *Declaração de Pequim*, que estabelece o consenso político entre ambas as partes, o direcionamento e a regulamentação da cooperação global (Brutto 2018).

Em meados de 2015, em visita à América do Sul, o premier chinês Li Keqiang percorreu o Brasil, o Peru, a Colômbia e o Chile e, nesse ínterim, concedeu um empréstimo de US\$ 10 bilhões à Petrobras, facilitou um fundo de US\$ 27 bilhões para o desenvolvimento de infraestrutura no Brasil e um fundo de cooperação China-América Latina de US\$ 30 bilhões para promover a infraestrutura e a capacidade industrial (Gallagher 2016). Conclui-se que, através de todos esses mecanismos, a China está ampliando sua presença na região tanto bilateral quanto multilateralmente.

Os fluxos de comércio exterior, o aumento dos investimentos externos diretos e a cooperação multilateral entre as forças políticas da China e as forças políticas da América do Sul vêm crescendo de forma exponencial, principalmente, a partir





do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 2001, conforme dito anteriormente. Tal entrada vem desencadeando um novo tipo de vínculo da região com a economia política global, assumindo cada vez mais importância estratégica para a potência asiática.⁵

A Geoeconomia Híbrida na América do Sul

Embora as relações comerciais, os fluxos de investimentos e o estabelecimento de tratados multilaterais tenham crescido nos últimos anos, há fortes indícios para contestar a retórica de que todos esses processos estejam única e exclusivamente relacionados à uma nova configuração das relações “Sul-Sul”.⁶ De tal modo, agregando-se a perspectiva da Geoeconomia Híbrida, tem-se, por um lado, elementos das históricas relações de dependência, assimetria de poder e perpetuação do subdesenvolvimento da América do Sul, e por outro lado, a presença de uma janela de oportunidade caso uma orientação estratégica seja estabelecida.

No que tange às relações comerciais, desde os anos 2000, ao mesmo tempo em que a China está adotando uma estratégia de diversificação multidimensional que minimiza os riscos e garante suprimentos ininterruptos (León-Manriquez e Alvarez 2014), as exportações sul-americanas para a China vem demonstrando uma concentração de matérias-primas e commodities agrícolas (Shambaugh 2013), o que intensifica a especialização regressiva da pauta exportadora, a reprimarização das suas economias e o estabelecimento de rendimentos decrescentes de escala na estrutura produtiva sul-americana. Para Padula e Brozowski, ao partir de uma

5 É importante ratificar que a compreensão dos movimentos chineses no sistema internacional não apresenta um padrão temporal unidirecional, conformando-se em múltiplas e contraditórias temporalidades ao longo do processo tanto externo quanto interno. Adicionalmente, no que se refere ao âmbito doméstico, é importante frisar que, a despeito do pragmatismo apresentado, as classes políticas e o comportamento econômico endógeno chinês são pontos fundamentais para compreender a sua atuação externa. Em outros termos, há uma relação de influência mutualística, permeada pelos objetivos estratégicos de longo prazo estabelecidos, a priori, pelo Partido Comunista Chinês.

6 Reitera-se a importância de estudos referentes à Cooperação Sul-Sul, compreendida como um processo de promoção do desenvolvimento com articulação política e interação econômica, científica e cultural entre países do Sul Global, ou seja, Estados que propõem lutas por projetos alternativos e emancipatórios de transformação social e política. Inclusive, o presente artigo enseja uma reorganização de um pensamento sobre a reprodução de determinadas características de dependência dentro do escopo da Cooperação Sul-Sul, uma vez que o próprio conceito de Geoeconomia Híbrida pode ser replicado e compreendido em outros espaços geopolíticos do sistema internacional.





perspectiva restrita “ao comercialismo, poucas possibilidades podemos enxergar além de ampliar nossa condição de região primário-exportadora” (Padula e Brozowski 2016).

Numa perspectiva da dualidade da Geoeconomia Híbrida, ainda que as exportações primárias tenham contribuído para melhorar a situação fiscal dos países da América do Sul – permitindo aumentar os investimentos sociais, evitando o endividamento e/ou pagando dívidas pré-existentes e possibilitando a criação de reservas cambiais –, igualmente aumentaram a dependência à evolução dos preços das commodities, uma vulnerabilidade fiscal associada à fragilidade comercial típica dos exportadores de bens primários (Sevares 2015). Quando os preços dos produtos primários começaram a declinar a partir de 2012, os Estados sul-americanos passaram a sofrer um revés considerável em suas economias nacionais: a desaceleração combinada da demanda chinesa e os preços mais baixos das commodities realmente prejudicaram as economias sul-americanas. (Gallagher 2016).

Complementarmente, a crescente atuação comercial chinesa na região vem provocando o deslocamento interno de comércio, uma vez que as relações entre os países da América do Sul se mantiveram constantes ou declinaram, enquanto que o comércio de todos os países sul-americanos com a China aumentou, substituindo inclusive os próprios parceiros regionais. Outros dois fatores determinantes consistem na alta competitividade dos produtos chineses – que interfere, direta ou indiretamente, em diversos níveis (Benatti 2011) no processo de integração regional do MERCOSUL – e na atração e intensificação dos laços econômicos com o Pacífico, sendo uma dessas manifestações a Aliança do Pacífico (Sevares 2015). Logo, “a substituição dos fluxos intrarregionais de comércio e complementaridade entre as nações sul-americanas também reduz a possibilidade de adensamento político local via arranjos de integração ou alianças.” (Pecequillo 2013, 110).

Nesse cenário, os países sul-americanos tendem a tornarem-se menos complexos e produtivamente sofisticados, cuja perda relativa do peso da indústria permanece inequívoca. Os dados do Banco Mundial (*World Bank* 2016) apontam para uma menor contribuição do setor manufatureiro tanto para o PIB quanto em termos de volume de bens industriais em suas exportações. Nos primeiros quinze anos do século XXI, visualiza-se que o setor manufatureiro como valor agregado do PIB (%) é declinante no conjunto dos países na América do Sul, saindo de aproximadamente 20% para 13% na Argentina e 9% no Equador, assim como a participação de manufaturas nas exportações cai de mais de 50%





para menos de 40% no Brasil, com tendência de queda para todos os demais países no mesmo período.

Obviamente, esse processo de desindustrialização é complexo, relacionado a múltiplos fatores e não se limitando apenas à América do Sul (Kim e Lee 2014). No entanto, os países sul-americanos merecem ênfase especial porque constituem casos de desindustrialização prematura: nações que perdem o momento de transformação estrutural no setor secundário antes mesmo de atingir níveis de renda e sofisticação produtiva das potências avançadas (Gallagher 2016: Palma 2010: Rodrik 2016: Castillo e Martins Neto 2016).

Uma vez que as possibilidades de desenvolvimento econômico estão fortemente ligadas à transformação radical de estruturas produtivas para superar gargalos e rigidez do subdesenvolvimento (Gala 2017), o processo de industrialização é imperativo na promoção da produtividade sustentada, com a ulterior mudança para uma estrutura produtiva complexificada tecnologicamente. Pecequillo (2013) resume de forma didática alguns desses ônus da Geoeconomia Híbrida, tais como os fenômenos da desindustrialização, a reprimarização da economia, a relativização do setor de serviços, a saturação de mercados, desequilíbrios comerciais e produtivos, aumento de desemprego interno, perda de competitividade em setores industrializados, déficits comerciais e baixo investimento em ciência e tecnologia.

De acordo com Gala (2017), uma medição viável seria através do estudo de estruturas e produtos de mercado revelados por dados comerciais globais, utilizando-se o chamado Índice de Complexidade Econômica⁷ (ICE ou ECI, em inglês). Com ele, é possível medir o conhecimento e a diversificação produtiva incorporada nas diferentes estruturas produtivas nacionais, mapeando temporariamente as rotas dos países em direção à recuperação (alcançando ou reduzindo o hiato em relação às grandes potências industriais) ou a reprimarização das matrizes de suas economias (Hausmann *et al.* 2014). Analisando-se os dados, é possível verificar como, até 2016, os países sul-americanos sofreram uma alta deterioração em seus índices de complexidade, denotando a hegemonia assumida pelos bens primários em seus padrões de exportação e estruturas produtivas (*The Atlas of Economic Complexity*, 2016).

No que tange aos investimentos, apesar dos benefícios econômicos que os IED trazem para os países sul-americanos em áreas sensíveis no curto-prazo,

7 A complexidade tecnológica e produtiva caminha lado a lado com a conectividade (correlação fortemente positiva) e o progresso. O inverso também é verdadeiro: a capacidade de extrair e exportar produtos primários de baixa complexidade possui baixa conectividade e ubiquidade.





não tendem a desenvolver capacidades industriais, ou atividades intensivas em conhecimento tecnológico, reforçando barreiras econômicas e políticas ao desenvolvimento de médio e longo prazo. Dessa forma, o direcionamento das empresas chinesas para o setor de *commodities* fortalece e aprofunda as atividades extrativistas de baixo valor agregado e reforça o caráter reprimarizador das economias regionais. Além disso, em termos de investimentos em infraestrutura em portos, estradas, ferrovias, é benévolo para a região diminuir custos, reduzir gargalos logísticos e aprimorar a competitividade; no entanto, a estrutura dos projetos é totalmente voltada para o favorecimento do desenvolvimento chinês e não para o fortalecimento interno e integrado das economias sul-americanas, facilitando a consecução de corredores de exportação ao invés de corredores de integração.

Essa correlação de forças pode ser avaliada com base em critérios que visualizam os efeitos colaterais, como a desintegração da própria América do Sul (embora a falta de interesse estratégico de certas políticas dos governos sul-americanos em um projeto de integração soberana seja cada vez mais relevante). Da mesma forma, a aproximação e a negociação individual dos países sul-americanos com a China acarretam problemas sensíveis, uma vez que tornam mais complexos e intrincados os projetos de integração regional, que geram incentivos e facilidades para maiores ganhos através do poder de barganha diante de negociações com potências econômicas (Sevares 2015). Entretanto, visualize-se que a presença da China não é um fatalismo; é uma oportunidade que deve ser aproveitada, uma vez que a resposta que cada país (ou conjunto de países) fornecerá a essa ascensão chinesa é o ponto central para o desenvolvimento de suas economias, decidindo quais desafios a “*resource quest*” chinesa criaria e quais respostas os países sul-americanos realizariam em todas essas dimensões.

Adicionalmente, como pontua Ferchen (2011), os impactos das relações entre América do Sul e China se encontram numa dicotomia entre os benefícios de longo prazo e o boom de curto prazo, uma vez que não há um consenso acerca da sustentabilidade e das possibilidades desse relacionamento crescente em *commodity-based* a partir, única e exclusivamente, da demanda chinesa. Logo, ambos os lados necessitam realizar uma avaliação realista com a finalidade de manter o desenvolvimento dessas relações econômicas nas próximas décadas.

A essência da Geoeconomia Híbrida não permite uma defesa enfática do rompimento das estruturas históricas de dependência e subdesenvolvimento nas relações sino-sul-americanas no século XXI. Entretanto, possibilita uma cooperação





paradoxal: A ascensão da China coloca desafios reais ao desenvolvimento econômico da América do Sul. No entanto, o momento pode ser visto como uma oportunidade também (Gallagher e Porzecanski 2010), uma vez que “há um risco no envolvimento econômico com a China, entretanto, na atualidade, este envolvimento implica uma relação estratégica.” (Vadell e Neves 2018, 209). Essa é a principal consequência da Geoeconomia Híbrida na América do Sul: contribuir para a elevação de indicadores econômicos dos países (com superávits comerciais, investimentos/financiamentos em áreas deficitárias e acordos multilaterais), mas, em contrapartida, ser insuficiente para garantir trajetórias de desenvolvimento de médio-longo prazo, apresentando riscos potenciais de desindustrialização e reprimarização.

No entanto, apesar da constatação da Geoeconomia Híbrida, a nova configuração das relações entre a China e a América do Sul ainda está em construção e delimitação, levantando cada vez mais questões sobre a possibilidade de estabelecer relações cooperativas Sul-Sul ou se reproduzirem assimetrias e hierarquias Norte-Sul (Milani 2012). Como demonstram Carmo e Pecequilo (2016), ainda que não haja condicionalidades como as tradicionalmente realizadas pelas potências ocidentais ou pelo Banco Mundial, e o discurso chinês ressalte a lógica horizontal da cooperação Sul-Sul, a relação é hierarquizada, uma vez que o aporte de recursos chineses evidencia as desigualdades de poder político e econômico. Em outros termos, ainda que a ascensão do poder asiático possibilite uma alternativa aos limites impostos pela agenda neoliberal do Consenso de Washington, o fato é que o padrão de relações entre a China e a América do Sul é crescentemente de interdependência assimétrica, em que os governos sul-americanos foram incapazes de formular estratégias políticas de longo prazo para enfrentar desafios, principalmente, relevantes para a lógica da reintegração internacional, exacerbando uma crescente inserção baseada em vantagens comparativas tradicionais e desiguais (Slipak 2014).

Os países sul-americanos vêm enfrentando o desafio da Geoeconomia Híbrida e, para isso, necessitam aproveitar as oportunidades da demanda chinesa para transformar suas produções com políticas produtivas e comerciais adequadas e, preferencialmente, articuladas regionalmente. Reitera-se ainda que as mudanças macroeconômicas estruturais devam ser realizadas, única e exclusivamente, a partir do planejamento estratégico de cada Estado ou conjunto de Estados da região; a China pode ser um excelente parceiro nesse sentido, mas os países na região necessitam visualizar sua condição periférica, subdesenvolvida e dependente para,





assim, estabelecer diretrizes visando a transformações no seu modelo produtivo. Segundo Gallagher (2016), ainda há tempo para a América do Sul implementar as reformas adequadas para finalmente sustentar um crescimento estável e capitalizar a ascensão da China. Espera-se que essa janela de oportunidade ainda não tenha sido fechada e que enseje futuros trabalhos acadêmicos que constatem a reversão ou a redução dos efeitos negativos da Geoeconomia Híbrida.

Conclusão

O presente artigo buscou demonstrar uma abordagem original das atividades econômicas chinesas na América do Sul, lastreadas pelo conceito teórico da Geoeconomia Híbrida. Esta é definida como a utilização de instrumentos econômicos através de um dualismo multifário, contraditório e dessimétrico, com finalidades geopolíticas, que possibilita uma perpetuação do subdesenvolvimento aos países atingidos, concomitantemente às possibilidades favoráveis à concretização de projetos estratégicos. Em outros termos, a presença chinesa vem apresentando uma tendência de reconfiguração do mapa geopolítico e geoeconômico da América do Sul e que, apesar dos benefícios oriundos dessa crescente participação, assevera-se um impacto negativo sobre a estrutura produtiva dos países sul-americanos.

A Geoeconomia Híbrida demonstra a existência de externalidades negativas para as estruturas produtivas dos países sul-americanos, uma vez que tal ponto tende a agravar a concentração da pauta exportadora em produtos primários, reforçando a especialização regressiva – o que perpetua a fatídica doença holandesa – e acentuando a trajetória desindustrializante. Além disso, os investimentos infraestruturais voltados para áreas de interesse imediato da China podem gerar empecilhos para a integração física e energética intrarregional, uma vez que essa infraestrutura se encontra subordinada ao centro de decisão de uma potência extrarregional.

Adicionalmente, a partir da inclusão da região no escopo do projeto chinês denominado de *Belt and Road Initiative* (BRI), constatado pela assinatura da Declaração Especial sobre o *Belt and Road Initiative*, no Fórum Ministerial China-CELAC, em 2018, pleiteia-se a hipótese – a ser desenvolvida em trabalhos futuros – da configuração de uma modalidade suplementar de incorporação da região na geometria de poder chinês através da Geoeconomia Híbrida.





Nessa nova ordem mundial, é crucial compreender as características dos vínculos das forças políticas na América do Sul com as forças políticas da China, uma vez que a região atende aos objetivos geopolíticos da nova política externa chinesa de transformação do sistema internacional em multicêntrico. Portanto, é de extrema importância que os governos e os tomadores de decisão sul-americanos estabeleçam condições e concertos institucionais mais rigorosos, a fim de garantir que as relações comerciais, os IED e os acordos multilaterais também incluam, em certa medida, transferências de tecnologias e conhecimento, criação de incentivos para o escoamento de produtos manufaturados da região para o mercado asiático e projetos estratégicos de interdependência simétrica entre países emergentes.

Referências

- Ayala, Lizeth e Ramírez, Javier. 2016. El rol de China en el proyecto de un orden regional sudamericano. *Revista Andina de Estudios Políticos*, Vol. VI, N° 2, pp. 5-28.
- Benatti, Adriana S. 2011. A presença da China no MERCOSUL: implicações sobre o processo de integração regional. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.215-242.
- Blackwill, Robert e Harris, Jennifer. 2016. *War by other means: geoeconomics and statecraft*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press Of Harvard University Press.
- Brutto, Giuseppe Lo. 2018. El papel de China en el actual proceso de reconfiguración geoeconómica y geopolítica en América Latina. Un análisis de sus implicaciones en las dinámicas de la cooperación Sur-Sur. In: VADELL, Javier (Org.). *A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI*. Belo Horizonte: Editora Puc Minas, Cap. 4. p. 103-138.
- Carmo, Corival Alves do e Pecequillo, Cristina Soreanu. 2016. O Brasil e o vácuo de liderança regional: o avanço sino-americano (2011/2016). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p.54-75, jan./jun.
- Castillo, Mario e Martins Neto, Antonio. 2016. Premature deindustrialization in Latin America. Digital Repository Economic Commission for Latin American and the Caribbean. Serie Desarrollo Productivo No. 205.
- China global investment tracker. 2019. *American Enterprise Institute*. Disponível em: < <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/> > . Acesso em: 10 nov. 2019.
- Economy, Elizabeth e Levi, Michael. 2014. *By all means necessary: How China's resource quest is changing the world*. New York: Oxford University Press.





- Ferchen, Matt. 2011. China-Latin America Relations: Long-term Boon or Short-term Boom? *The Chinese Journal of International Politics*, v. 4, n. 1, p. 55–86.
- Gala, Paulo. 2017. *Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas Para O Desenvolvimento.
- Gallagher, Kevin. 2016. *The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus*. New York: Oxford University Press.
- Gallagher, Kevin e Porzecanski, Roberto. 2010. *The dragon in the room: China and the future of Latin America industrialization*. Stanford: Stanford University Press.
- Hausmann, Ricardo *et al.* 2014. *The Atlas of Economic Complexity: Mapping Paths to Prosperity*. Cambridge: The MIT Press. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/>.
- IMF – International Monetary Fund. 2018. *Direction of Trade Statistics (DOTS)*. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=9D6028D4-F14A-464C-A2F2-59B2CD424B85>.
- Jaguaribe, Anna. 2011. China: estratégias de modernização alternativa. *Revista Desenvolvimento em Debate*, vol.2, n.2, pp.39-49.
- Kaplan, Robert D. 2013. *A vingança da geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Katz, Claudio. 2016. *Neoliberalismo, Neodesarrollismo, Socialismo*. Buenos Aires: Batalla de Ideas.
- Kim, Chong-Sup e Lee, Seungho. 2014. Different Paths of Deindustrialization: Latin American and Southeast Asian Countries from a Comparative Perspective. *Journal of International and Area Studies*, vol.21, n.2, pp.65-81.
- Leite, Alexandre Cesar Cunha e Ramos, Lohana Gabriela Simões de Oliveira. 2016. Investimentos chineses na América do Sul: um desenho das preferências de destino e setores. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). *Perspectivas Asiáticas*. Rio de Janeiro: Folio Digital. pp.165-192.
- León-Manríquez, Jose e Alvarez, Luis F. 2014. Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United States-China hegemonic struggle in Latin America? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, p.9-27.
- Milani, Carlos. 2012. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, vol.25, n.65, pp.211-231.
- Miyamoto, Shiguenoli. 1981. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, São Paulo, v. 4, p.75-92.
- Moreno, Camila. 2015. *O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo.
- Naughton, Barry. 2017. Is China Socialist? *Journal Of Economic Perspectives*, Nashville, v. 31, n. 1, p.3-24.





- Niu, Haibin. 2013. A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.197-229, jan./jun.
- Padula, Raphael e Brozowski, Fernanda Pacheco de Campos. 2016. A geopolítica dos mares como fator estratégico para a integração na América do Sul. *Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.95-113, jul./dez.
- Palma, José Gabriel. 2010. Why has productivity growth stagnated in most Latin American countries since the neo-liberal reforms? The economic consequences of a rentier-dominated power structure and a narcissistic ideology. *Cambridge Working Papers in Economics (CWPE)*, 1030, pp.1-54.
- Pecequillo, Cristina Soreanu. 2013. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p.100-115, jul./dez.
- Pereira, Luis Carlos Bresser e Ribeiro, Livio. 2016. A nova fase do modelo chinês e as principais questões para o Brasil. In R. Bonelli, & F. Veloso (Orgs.). *A Crise de Crescimento do Brasil*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier, pp.243-281.
- Perkins, Dwight. 2013. *East Asian Development: Foundations and Strategies*. London: Harvard University Press.
- Peters, Enrique. 2015. *China's evolving role in Latin America: can it be a win-win?* Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Ray, Rebeca e Gallagher, Kevin. 2017. China-Latin America Economic Bulletin. *GEGI Discussion Paper*.
- Rodrigues, Bernardo Salgado e Hendler, Bruno. 2018. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, p.5-25.
- Rodrik, Dani. 2016. Premature deindustrialization, *Journal of Economic Growth*, vol 21(1), pp. 1-33.
- Santos, Leandro Teixeira dos e Milan, Marcelo. 2014. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p.457-486, jul./dez.
- Sevares, Julio. 2015. *China: un socio imperial para Argentina y América Latina*. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Edhasa.
- Shambaugh, David. 2013. *China goes global: the partial power*. New York: Oxford University Press.
- Slipak, Ariel. 2014. América Latina y China: ¿cooperación Sur-Sur o ‘Consenso de Beijing’?. *Nueva Sociedad*, n.250, pp.102-113.
- Sutter, Robert. 2012. *Chinese Foreign Relations: Power and Policy since the Cold War*. New York, Rowman and Littlefield Publishers.





- Svamp, Maristella e Slipak, Ariel. 2015. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. *Revista Ensembles*, v.2, n.3, 34-63.
- The atlas of economic complexity. 2016. *Center for International Development* (United States). Harvard. Disponível em: <https://atlas.cid.harvard.edu/what-is-the-atlas>. Acesso em: 15 nov. 2019.
- Tsai, T-C e Liu, T. 2012. China's Relations with Latin America. In E. Kavalsky (Ed.). *The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy* (pp. 287-298). Surrey: Ashgate.
- Ugarte, Augusto Pinochet. 1974. *Geopolítica*. 2. ed. Santiago: Editorial Andres Bello.
- Vadell, Javier. Rumo ao século chinês? A relação Estados Unidos-China pós 11/09. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p.97-111, jul./dez. 2011.
- Vadell, Javier e Neves, Pedro. 2018. O Brasil e a China na atualidade: perspectivas sobre o aprofundamento da cooperação desigual a partir do comércio, dos investimentos e do crédito. In: VADELL, Javier (Org.). *A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI*. Belo Horizonte: Editora Puc Minas. Cap. 7. p. 205-234.
- Vadell, Javier, Ramos, Leonardo e Neves, Pedro. 2016. As implicações internacionais do modelo chinês de desenvolvimento do Sul Global: Consenso Asiático como network power. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). *Perspectivas Asiáticas*. Rio de Janeiro: Folio Digital. p. 67-90.
- Vesentini, José William. 1990. *Imperialismo e geopolítica global: espaço e dominação em escala planetária*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.
- Vesentini, José William. 2005. *Novas geopolíticas*. 4. ed. São Paulo: Contexto.
- World Bank. 2016. *World Development Indicators*. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>. Acesso em: 15 nov. 2019.